

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 112 DE 10 DE JUNHO 2013.

“Salienta diretrizes sobre Licença Maternidade e Institui o Programa de Prorrogação da Licença-maternidade, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º A licença maternidade e a prorrogação da licença maternidade tratada nesta lei é aplicada sem qualquer distinção às servidoras seguradas que tiverem filhos biológicos e às servidoras seguradas, que tenham adotado ou obtido guarda judicial de criança para fins de adoção, independentemente da idade da criança adotada, em respeito à Constituição Federal, artigo 227, parágrafo 6º.

Art.2º A licença maternidade Constitucional de 120 dias custeada pelo INSS, deve ser procedida de igual forma às servidoras seguradas que tenham adotado ou obtido guarda judicial de criança para fins de adoção, independentemente da idade da criança, conforme artigo art. 71-A da Lei nº 8.213/91 e a jurisprudência reconhecida pela própria autarquia referente a ACP nº 5019632-23.2011.404.7200, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC.

Art.3º Fica instituído o Programa de Prorrogação de Licença-Maternidade no âmbito da administração pública do Município de Eldorado do Sul.

Art. 4º Será beneficiada pelo Programa de Prorrogação da Licença Maternidade a servidora pública lotada ou em exercício nos órgãos e entidades integrantes da administração pública municipal de Eldorado do Sul.

§ 1º A prorrogação será automática, salvo renúncia por escrito por parte da servidora e terá duração de 60 (sessenta) dias, e iniciar-se-á no dia subsequente ao término da vigência da licença-maternidade.

§ 2º O benefício a que faz jus a servidora pública mencionada no caput será igualmente garantido a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, independentemente da idade da criança.

§ 3º Considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, nos termos do art. 2º da Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 4º A prorrogação da licença será custeada com recursos próprios do Município.

Art. 5º No período de prorrogação de licença-maternidade ou licença à adotante de que trata esta Lei, a servidora, não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput, a beneficiária perderá o direito à prorrogação, sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário.

Art. 6º A servidora em gozo de licença-maternidade, na data de publicação desta Lei, terá direito a prorrogação prevista nesta lei.

Art. 7º Aplica-se esta lei as servidoras adotantes que tenham adotado ou obtido guarda judicial de criança para fins de adoção, em período de até 9 meses anteriores a promulgação desta.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 10 de junho de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 112, de 10 de junho de 2013, que ***“Salienta diretrizes sobre Licença Maternidade e Institui o Programa de Prorrogação da Licença-maternidade, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.”***

Esta lei visa instituir o Programa de Prorrogação da Licença-maternidade às servidoras do Município, concedendo mais 60 dias de licença para aquela servidora que é encarregada dos cuidados de filho biológico ou adotado. Assim o Município vem demonstrar o seu interesse em atender ao Princípio da Proteção Integral das crianças.

Ainda, esta lei visa preencher a lacuna na Legislação Municipal, que concede para a servidora adotante segurada, o direito a licença maternidade, em consonância com os Princípios da Constituição Federal e da própria Legislação Previdenciária. O efeito retroativo da lei visa corrigir indeferimentos de pedidos realizados por servidoras municipais por ser direito reconhecido conforme art. 71-A da Lei nº 8.213/91 e a jurisprudência reconhecida pela própria autarquia referente a ACP nº 5019632-23.2011.404.7200, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC.

Quanto à licença à adotante, especificamente, analisando o Regime Jurídico dos Servidores de Eldorado do Sul – Lei nº 1108, de 1999, encontramos a seguintes disposição:

Art. 194 – O Município manterá, mediante sistema contributivo, plano de seguridade social para o servidor submetido ao regime de que trata esta lei, e para sua família.

Parágrafo Único- O plano de que trata este artigo será satisfeito pelo Regime Geral da Previdência Social, a contar do dia 1º de maio de 1999, em conformidade com as novas determinações da Constituição Federal e legislação suplementar.

Portanto, por força do disposto na lei municipal, as servidoras municipais estão submetidas ao regime geral de previdência. Logo, as servidoras enquanto seguradas do INSS possuem os mesmos direitos previdenciários que as demais seguradas, embora possuam Estatuto próprio. Assim esta lei preenche a lacuna legislativa municipal concedendo licença maternidade a servidora adotante, da mesma forma como é feito em relação as servidoras gestantes.

O próprio INSS já reconheceu a inconstitucionalidade da tabela de idade para a criança adotada, reconhecendo que deve ser concedido 120 dias para a criança adotada independentemente da sua idade. A Lei 12.010/2009, que estabeleceu todo o sistema atual da adoção, revogou a diferenciação de períodos de licença maternidade distinguidos pela idade da criança. E visando sempre o Melhor Interesse da Criança, consagrado pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e o direito à convivência familiar, garantido pela Constituição, é de extrema importância esse convívio inicial integral, tanto para a criança como para o adotante e nos exatos termos do que diz a legislação.

"O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS torna público que, em cumprimento à sentença de procedência proferida na ACP nº 5019632-23.2011.404.7200, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC, os benefícios de salário-maternidade em manutenção ou concedidos com fundamento no art. 71-A da Lei nº 8.213/91 (casos de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção), passarão a ser devidos pelo prazo de 120 (cento e vinte dias), independentemente da idade do adotado, desde que cumpridos os demais requisitos legais para a percepção do benefício. Nos casos de salário-maternidade em manutenção, a prorrogação do prazo para 120 dias será efetivada de ofício pelo INSS, independentemente de requerimento administrativo da segurada."

Portanto, considerando que a licença-maternidade é decorrente de benefício previdenciário, o qual, de acordo com a legislação federal, deve ser concedido tanto à segurada mãe natural quanto à segurada mãe adotante, não se visualiza razão para o município não conceder as suas servidoras o direito de gozar do benefício previdenciário que o regime previdenciário ao qual estão subordinadas lhes garante.

O ECA afirma que "toda criança tem direito a ser criado e educado no seio da sua família". Toda criança tem, além disso, o direito de tentar ser feliz. A relação mantida nessas circunstâncias representa isso, a busca pela felicidade.

O Município mostrando o seu trato humanístico ainda concede com seus próprios recursos prorrogação de licença por mais 60 dias, a todas as pessoas servidoras enquadradas nas condições desta lei.

Sendo assim, e amparado de pareceres jurídicos consistentes, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal